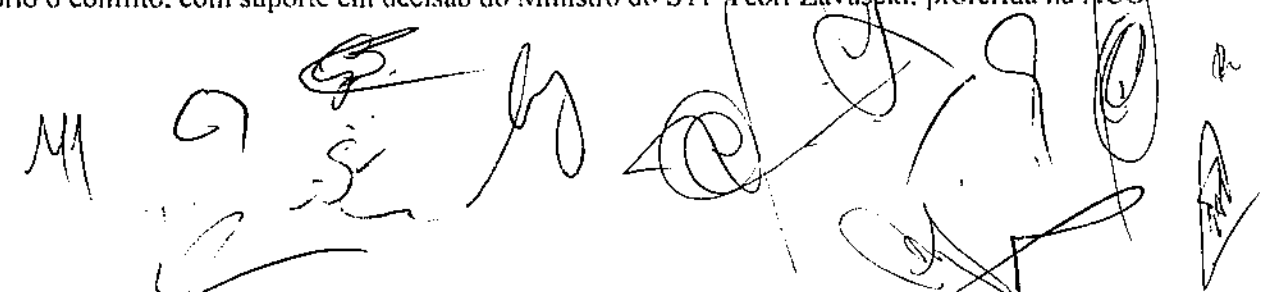
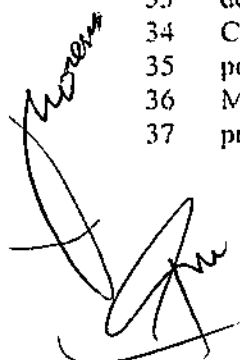


REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPJ - 22-09-2015

## ATA 10/2015

1 Aos 22 dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, às 09:00 horas, na sala de reuniões  
2 do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em Brasília - DF,  
3 em Reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e  
4 da União - CNPJ, estiveram presentes os Excelentíssimos (as) Senhores (as): Dr. Lauro Machado  
5 Nogueira, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás, Presidente do CNPJ; Dr. Oswaldo  
6 D'A Albuquerque Lima Neto, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Acre; Dr. Sérgio Rocha  
7 Cavalcanti Jucá, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas; Dr. Márcio Augusto Alves,  
8 representando o Dr. Roberto da Silva Álvares, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amapá;  
9 Dr. Carlos Fábio Braga Monteiro, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas; Dr.  
10 Márcio José Cordeiro Fahel, Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia; Dr. Leonardo  
11 Roseoe Bessa, Procurador-Geral de Justiça do MPDFT; Dr. Josemar Moreira, Subprocurador-  
12 Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo; Dr. Luiz Alberto E. Escalope, representando o Dr.  
13 Paulo Roberto Jorge do Prado, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso; Dr. Carlos  
14 André Mariani Bittencourt, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; Dr. Jorge de  
15 Mendonça Rocha, representando o Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves, Procurador-Geral de  
16 Justiça do Estado do Pará; Dr. Nelson A. Cavalcante Lemos, representando o Dr. Bertrand de  
17 Araújo Asfora, Procurador-Geral de Justiça do Estado da Paraíba; Dr. Carlos Augusto Arruda  
18 Guerra de Holanda, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco; Dr. Cleandro Alves  
19 de Moura, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Piauí; Dr. Ertulei Laureano Matos,  
20 representando o Dr. Marfan Martins Vieira, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de  
21 Janeiro; Dr. Rinaldo Reis Lima, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte;  
22 Dr. Marcelo Lemos Dornelles, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; Dr.  
23 Airton Pedro Marin Filho, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia; Dra. Elba  
24 Christine Amarante de Moraes, Procuradora-Geral de Justiça do Estado de Roraima; Dr. Sandro  
25 José Neis, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina; Dr. Paulo Lima de Santana,  
26 representando o Dr. José Rony Silva Almeida, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Sergipe;  
27 Dr. Cleon Renaut de Melo Pereira, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Tocantins; Dr.  
28 Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Procurador-Geral de Justiça do MPM; Dr. Jeferson Luiz  
29 Pereira Coelho, representando o Dr. Luis Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral de Justiça  
30 do MPT; Dra. Norma Angélica Reis Cavalcanti, Presidente da CONAMP; Dr. Marcelo Ferra,  
31 Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público; Dr. Fábio Bastos Stica, Conselheiro do  
32 Conselho Nacional do Ministério Público; Dr. Antônio Duarte, Conselheiro do Conselho Nacional  
33 do Ministério Público, e Dra. Roberta Pondé Amorim de Almeida, Secretária-Executiva do  
34 CNPJ. INICIADOS OS TRABALHOS: o Presidente informou acerca da remessa ao CNPJ,  
35 por parte do MP/ES, de procedimento relativo a conflito de atribuição entre membros do  
36 Ministério Público Estadual e Federal, em que o Procurador-Geral da República dirimiu ele  
37 próprio o conflito, com suporte em decisão do Ministro do STF Teori Zavascki, proferida na ACO





REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPNG – 22-09-2015

ATA 10/2015

1 2079/MT, esclarecendo que a questão já foi objeto de discussão no plenário do CNPG e o  
2 entendimento adotado tem sido o desconsiderar a decisão do PGR e ajuizar ação cível originária.  
3 Seguiu-se proposta da Presidência de homenagem aos ex-membros Dr. Gilberto Martins, Dr. Luis  
4 Antônio C. de Melo e Dra. Zélia S. Lima, a ser prestada na reunião ordinária de outubro, no Rio  
5 de Janeiro, tendo sido a proposta aprovada. Informou-se, ainda, acerca do relatório final da CPI  
6 destinada a apurar a violência contra jovens negros pobres do Brasil, encaminhado pelo  
7 Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, não tendo o plenário deliberado por  
8 nenhuma providência específica. Igualmente noticiada a nota técnica da CONAMP acerca da  
9 Resolução Conjunta nº 01/2015, do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil e Conselho  
10 Superior de Polícia, tendo o plenário deliberado pelo acompanhamento, no âmbito do CNMP, de  
11 procedimento que versa sobre a mesma questão. Levado em seguida ao conhecimento dos  
12 presentes a minuta de resolução do CNMP sobre planejamento estratégico, encaminhada pelo  
13 Conselheiro do CNMP, Dr. Marcelo Ferra, visando à coleta de sugestões e propostas. Dada a  
14 importância do tema, ficou deliberado pela expedição de ofício ao referido Conselheiro  
15 solicitando dilação do prazo para apresentação das sugestões, a vencer dia 08 de outubro.  
16 Repassado, ainda, o convite do Conselheiro do CNMP, Dr. Fábio George, para reunião do Fórum  
17 Nacional de Combate à Corrupção no dia seguinte, 23 de setembro. Prosseguindo, a Presidência  
18 informou acerca do andamento da PEC 44/2012, que altera composição do STF e reserva duas  
19 vagas para o MPF. Após, foi discutida a questão relativa à prestação de informações ao CNMP  
20 por parte dos PGJs, eventual descumprimento de prazo para tal e consequências administrativas,  
21 ficando deliberado pela remessa de ofício ao Presidente do CNMP enfatizando a contrariedade  
22 com o tratamento hoje dispensado ao tema. Ainda, foi noticiada a assinatura do termo de  
23 cooperação técnica entre o CNPG e Ministério do Desenvolvimento Agrário. Por fim, foi passada  
24 a palavra ao PGJ de Rondônia, Dr. Airton Pedro Marin Filho que abordou acerca do andamento  
25 do procedimento de controle administrativo 1.00045/2015-31, referente a pagamento de auxílio  
26 moradia a membros do MP daquele Estado. **Passou-se, em seguida, aos temas da pauta**  
27 **propriamente dita:** foi aprovada, por unanimidade, a ata relativa à reunião ordinária do dia 21 de  
28 agosto de 2015. Deliberou-se, outrossim, pela alteração do dia das reuniões ordinárias do CNPG,  
29 que passarão a ser realizadas às quartas-feiras, pela manhã, em Brasília – DF. Quanto ao item  
30 terceiro da pauta – trâmite de inquéritos e procedimentos investigatórios de autoridades com  
31 prerrogativa de função/autorização dos TJs para abertura de investigação, o Presidente relatou  
32 celeuma processual em Goiás, tendo ainda o Dr. Rinaldo Reis de Lima narrado situação similar  
33 enfrentada pelo MP do Rio Grande do Norte. A continuidade da discussão sobre o tema foi  
34 postergada para a reunião ordinária de novembro, dada a complexidade, ficando deliberado o  
35 encaminhamento por parte da Secretaria-Executiva, a todos os membros do CNPG, de estudo  
36 feito pelo Dr. Airton Marin Filho sobre a questão. Com relação ao item 4 da pauta, ficou  
37 deliberado o encerramento da campanha "O que você tem a ver com a corrupção" no âmbito do  
38 CNPG, podendo cada unidade ministerial, caso entenda conveniente e a critério do respectivo

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPG – 22-09-2015

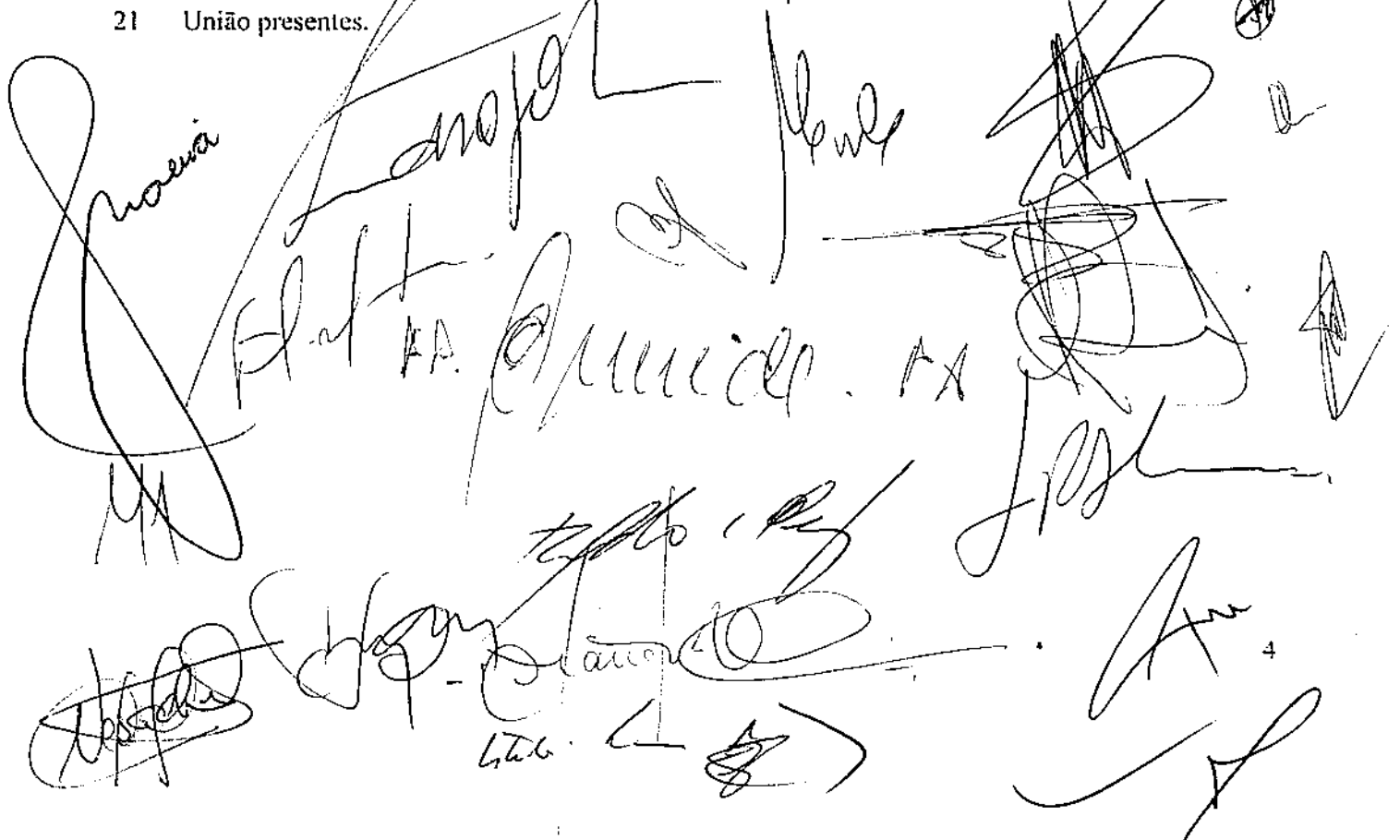
ATA 10/2015

1 PGJ, prosseguir com ações nos Estados. Após, foi dada a palavra ao Dr. Eduardo Diniz Neto.  
2 Promotor de Justiça do Paraná e Presidente do CDEMP, que procedeu a uma breve explanação  
3 sobre as atividades desenvolvidas pelo CDEMP e acerca da necessidade de criação da Escola  
4 Nacional do Ministério Público, assim como sobre o trabalho já desenvolvido para consolidação  
5 da ideia, concitando os presentes a apoiá-la. Após, feito um breve intervalo, retomou-se a  
6 discussão acerca da criação de coordenadoria eleitoral em todos os Estados, tendo o Dr. Carlos  
7 André Mariani Bittencourt explanado acerca da experiência em MG, que reputa muito boa. No  
8 mesmo sentido, caminharam o Dr. Marcelo Lemos Dornelles, PGJ/RS, e o Dr. Carlos Fábio Braga  
9 Monteiro, do MP/AM, que enfatizaram que a coordenação fortalece a atuação do MP no âmbito  
10 eleitoral e fomenta a troca de experiências entre os membros com atuação eleitoral. Foi repassada  
11 aos presentes a cópia do ato que cria a coordenação no âmbito do MPMG, para análise, ficando  
12 postergada para a próxima reunião ordinária a deliberação definitiva sobre a questão. Em seguida,  
13 o plenário apreciou os enunciados e moções propostos pelo GNDH, resultando nas deliberações  
14 adiante: 1. Enunciados COPEVID: n°s 005/2015, 006/2015, 007/2015, 008/2015, 009/2015,  
15 010/2015, 011/2015 – aprovados; 2. Enunciados COPEDH: n° 001/2015 – adoção de sistemas de  
16 cotas raciais nos concursos de ingresso de membros, servidores e estagiários – rejeitado, em razão  
17 da existência de procedimento em trâmite no CNMP, já pautado para julgamento (n° 543/2013-50.  
18 Conselheiro Marcelo Ferra); n° 002/2015 – deliberado pela devolução para aprimoramento da  
19 redação, visto que o enunciado apenas reproduz questão que é inerente à atuação do MP e,  
20 portanto, deixa transparecer omissão completa da Instituição quanto à questão ali posta. 3.  
21 Moções COPEDH: n° 1 – audiência de custódia – rejeitada em razão do posicionamento já  
22 externado pelo CNPG quanto à forma de implementação da audiência de custódia; n° 2 – projeto  
23 de lei 6653/2009, que trata da igualdade de gênero nas relações de trabalho – devolução para  
24 apresentação de estudo e nota técnica prévios; n° 3 – redução da maioria penal – rejeitada em  
25 razão de já haver sido aprovada e expedida nota técnica sobre o tema, sendo, portanto, a moção  
26 desnecessária. 4. Notas Técnicas COPEIJ: n° 02/2015 – redução da maioria penal – já  
27 aprovada na última reunião; n° 03/2015 – redução da idade mínima para trabalho infantil – já  
28 aprovada na última reunião; nota pública n° 01/2015 – redução da idade mínima para trabalho  
29 infantil – aprovada. 5. Enunciados COPEIJ: n°s 01 a 12/2015 – aprovados. 6. Enunciados  
30 COPEUD: n°s 01/2015 e 02/2015 – aprovados. 7. Enunciados COPEMA: n°s 001/2015 a  
31 005/2015 – aprovados. Dando prosseguimento aos itens da pauta, a Presidência repassou  
32 informações sobre o julgamento da ADPF 347 e texto final do PL n° 554/2011, que tratam da  
33 implantação da audiência de custódia. Após, foi dada a palavra ao Dr. Cleandro Alves de Moura  
34 que explanou acerca do trâmite de projeto de lei orgânica estadual do MP/PI, de n° 12/93, que  
35 recebeu emendas legislativas, posteriormente aprovadas, visando restringir investigação contra  
36 determinadas autoridades daquela unidade da Federação. Pontuou as medidas que já estão sendo  
37 tomadas, judicial e extrajudicialmente, para enfrentar a questão. O Dr. Rinaldo Reis de Lima  
38 chamou a atenção para a inconstitucionalidade por vício de iniciativa, em razão de a emenda não

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPG – 22-09-2015

ATA 10/2015

1 ter pertinência temática com o projeto encaminhado pelo Chefe do MP, sugerindo Adin junto ao  
2 Tribunal de Justiça local caso seja verificada contrariedade à Constituição Estadual, além de  
3 representação ao PGR para Adin por ofensa à Constituição Federal. Ficou deliberado que o  
4 PGJ/PI encaminhará à Presidência do CNPG estudo já feito no âmbito daquela PGJ sobre a  
5 questão, para posterior trato do imbróglgio junto a outras entidades, tais como a CONAMP e a  
6 própria PGR. Após, a pedido, foi dada a palavra ao Dr. Josemar Moreira que comunicou aos  
7 demais a criação de comissão no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo  
8 para investigar duas (2) Promotoras de Justiça, tendo aquela comissão solicitado à PGJ diversas  
9 informações acerca de pagamento de subsídios e outras verbas às duas integrantes do MP/ES.  
10 Dada a relevância da questão e o fato de não terem sido repassados aos demais dados mais  
11 minuciosos sobre o caso, deliberou-se pelo encaminhamento, por parte do Dr. Josemar Moreira,  
12 de toda a documentação relativa ao caso à Secretaria-Executiva, para posterior inclusão em pauta.  
13 Prosseguindo, o Dr. Ertulei Laureano Matos propôs que o CNPG expedisse moção de apoio à  
14 candidatura de Martha Halfeld, Juíza da 3ª Vara do Trabalho de Juiz de Fora/MG, ao cargo de  
15 Juíza do Tribunal de Apelação do Sistema de Justiça das Nações Unidas (UNAT), tendo sido a  
16 proposta aprovada pelo plenário. Após, falaram os Conselheiros do CNMP, Dr. Marcelo Ferra e  
17 Dr. Antônio Duarte, tendo ambos repassado informações acerca de procedimentos e iniciativas do  
18 CNMP sob seus respectivos comandos. Por fim, eu, Roberta Pondé Amorim de Almeida,  
19 Secretária-Executiva do CNPG, lavrei esta ata, a qual vai assinada por mim e pelos integrantes do  
20 Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério Público dos Estados e da  
21 União presentes.



Handwritten signatures of council members and the secretary, including names like Josemar Moreira, Ertulei Laureano Matos, and Roberta Pondé Amorim de Almeida.